



Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2024 e Emenda nº 01

PARECER Nº 01/2025.

PARECER OPINATIVO. Processo Legislativo.

Projeto de Lei Complementar nº 25/2024. Altera os artigos 143 e 145 da Lei n.º 1.579, de 13 de dezembro de 1989, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Cordeirópolis e dá outras providências. Admissibilidade. Inteligência do inciso I, do art. 30, c/c o inciso I do art. 7º, da Lei Orgânica do Município. *Típica lei de polícia municipal.*

Inexistência de vício de iniciativa ou violação a regra ou princípio constitucional.

1. CONSULTA: Trata-se de solicitação emanada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis/SP, objetivando a análise e manifestação acerca da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 25/2024 e sua respectiva Emenda nº 01.

A redação do presente projeto foi subscrito pelo Poder Executivo, dando nova redação aos artigos 143 e 145 e acrescenta dispositivos na Lei nº 1.579, de 13 de dezembro de 1989, que tem por finalidade regulamentar o processo fiscalizatório e suas penalidades em caso de transgressão. Após, adveio Emenda subscrita pelo Vereador Paulo César Moraes de Oliveira, para alterar a redação da alínea "a" do artigo 143 do referido projeto de lei, prevendo a ampliação do prazo de 15 (quinze) para 30 (trinta) dias para apresentação de eventual defesa e/ou impugnação por parte do autuado, a fim de garantir o amplo direito de defesa e do contraditório, cujas alterações passam a vigorar com a seguinte redação:

PLC Nº 25/2024:

Art. 143 – O ***"Auto de Infração Imposição de Multa"***, será lavrado pelo fiscal ou por autoridade delegada pelo Prefeito Municipal, o qual deverá ser cientificado o autuado, primeiramente, por meio de Carta Registrada com (AR-Postal) – Aviso de Recebimento e na impossibilidade do recebimento, por Edital devidamente publicado, devendo constar:

§ 1º - Nome da pessoa física ou denominação do estabelecimento, razão social da entidade autuada, sendo válido ainda, o nome de fantasia que a identifique.

§ 2º - O ato ou fato constitutivo da infração, o local e data respectiva.

§ 3º - A disposição legal ou regulamentar transgredida.

§ 4º - Indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator.

§ 5º - Nome do cargo legível da autoridade e sua assinatura.

a) - O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do recebimento do Auto de Infração, quando este for entregue por AR-Postal, contados da data de publicação do Edital, para apresentar defesa ou impugnação."

Art. 145 - Transcorrido o prazo fixado no artigo 143, alínea "a", sem que tenha havido interposição de recurso ou pagamento de multa, o



infrator será notificado para recolher aos cofres públicos, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cobrança judicial."

EMENDA Nº 01:

Alínea "a" - O autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento do Auto de Infração, quando este for entregue por AR Postal ou contados da publicação, quando realizado por edital, para apresentar defesa ou impugnação.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

2. CONSIDERAÇÕES: No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: *i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; ii) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.*

Segundo a justificativa apresentada, a presente propositura dá nova redação aos *caputs* dos artigos 143 e 145 da lei supracitada, como modo de adequar as necessidades singulares do assunto ao caso concreto. Ao que tudo indica, o referido projeto tem como única finalidade instituir e regulamentar procedimentos fiscalizatórios, típicos de "Poder de Polícia", no sentido de deixar mais claro sua interpretação e permitir o amplo acesso ao contraditório e a ampla defesa.

O objeto de que trata a projeto de lei complementar nº 25/2024 e sua respectiva emenda, na opinião dessa Diretoria Jurídica, enquadram-se perfeitamente nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios no âmbito do inciso I, do art. 30, c/c o inciso I do art. 7º da Lei Orgânica do Município.

Trata-se de normativa que busca melhor especificar disposições regulamentares já presentes junto ao Código de Posturas Municipais, introduzindo *típica lei de polícia*.

O regramento de local, do modo e condições de observação obrigatória das *medidas de polícia administrativa* a cargo do Município em matéria de fiscalização, trás em seu bojo maior segurança jurídica ao regulamentar de forma expressa os procedimentos, prazos e métodos das sanções que poderão ser impostas aos munícipes em caso de descumprimento do Código de Posturas, apurados em regular processo administrativo, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes, da qual se encontra no âmbito das *típicas leis de polícia*, no caso em questão, daquelas que a ordem constitucional reserva especificamente para a competência dos municípios, em face das particularidades e do evidente **interesse local**.

Sendo assim, é da competência do Município prover tudo aquilo que diga respeito ao seu peculiar interesse, assim como o seu poder-dever de fiscalização e autuação em caso de transgressão das normas vigentes.



Desse modo, não resta dúvida para esta Diretoria Jurídica acerca da competência reconhecida pela Constituição Federal para que o Município possa legislar sobre a matéria tratada pelo projeto de lei em análise.

De igual modo, inexistente reserva para iniciar o processo legislativo quando se tratar de matéria dessa natureza, prevalecendo o âmbito jurídico de iniciativa comum, reconhecida pela ordem jurídica em relação à proposituras que tratem da instituição de *leis de polícia*.

Em sua substância, essa Diretoria Jurídica, respeitando a natureza opinativa do parecer jurídico, o Projeto de Lei Complementar nº 25/2024 e sua respectiva Emenda nº 01, não violam qualquer regra ou princípio fixado pela CF/88, nem se observou em seu bojo qualquer vício ou irregularidade que impeça a presente proposição de seguir sua regular tramitação legislativa.

Neste sentido, cabe aos parlamentares apreciar, se neste caso concreto, em uma perspectiva política, a viabilidade de regulamentação que se promove aos atos e procedimentos fiscalizatórios.

3. CONCLUSÃO.

Em face de todas as considerações acima expostas e com base nas prerrogativas/atribuições elencadas no anexo III, da Lei Complementar nº 240, de 03 de abril de 2017, me manifesto em caráter **opinitivo pela legalidade e pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei Complementar nº 24/2025 e sua respectiva Emenda nº 01**, não encontrando qualquer vício referente à competência municipal para legislar sobre a matéria, estando todo ele amparado pelas disposições normativas fixadas pelo inciso I, do art. 30, c/c o inciso I, do art. 7º da Lei Orgânica do Município ou vício de iniciativa para deflagrar o processo legislativo, por se tratar a matéria objeto da presente proposição (*lei de polícia*) de iniciativa comum, perfeitamente compatível com as disposições legais que regulamentam a matéria.

Por fim, encaminhe-se o Projeto de Lei Complementar e sua respectiva emenda à Comissão de Constituição, Justiça e Redação!

Este é o meu Parecer, S.M.J.

Cordeirópolis, 31 de janeiro de 2025.

Igor Dorta Rodrigues - OAB/SP nº 268.068
Diretor Jurídico – Câmara Municipal de Cordeirópolis